

## **A integração brasileira no cenário internacional e as contradições das relações econômicas entre o Brasil e a China a partir dos anos 2000**

(\*) Elena Soihet

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo central compreender a inserção do Brasil na economia internacional diante da rápida ascensão chinesa nos anos 2000. A partir da segunda metade da década, a China sem passar pelos graves problemas que os Estados Unidos enfrentaram diante da crise financeira de 2008, aproveitou para avançar ainda mais em mercados latino-americanos, no qual se destacou o brasileiro. O argumento do artigo é que há contradições inerentes na relação Brasil-China. O efeito chinês foi positivo, porém simultaneamente negativo sendo, nesse sentido, um processo dialético. Nossa metodologia foi baseada em revisão bibliográfica unindo elementos econômicos, históricos e empíricos. A principal conclusão demonstra que se de um lado o país aproveitou o *boom* de commodities ocorrido na primeira década de 2000, por outro lado, há indícios que houve um aprofundamento das exportações direcionadas a bens primários e desindustrialização na economia brasileira.

Palavras chaves: Integração Econômica; Economia Brasileira; China; industrialização  
Código JEL

F15,F63,O11

### **The Brazilian integration on international scenery and the contradiction between the relations of Brazil and China from the 2000s**

#### **Abstract**

The purpose of this article is to discuss the integration of Brazil in the international economy from the rapid rise in the Chinese economy in the 2000s. From the second half of the 2000s, China, unlike the United States, which were facing serious problems due the 2008 financial crisis, advanced in further markets such as the Latin America, including Brazil. The argument of the article is that there are inherent contradictions in the Brazil-China relationship. The Chinese effect was positive, but simultaneously negative, being, in this sense, a dialectical process. The methodology performs an analysis based on a bibliographic review connecting economical, historical and empirical elements. The main conclusion shows that if, on the one hand, the country took advantage of the commodity boom, on the other hand, there are signs that it deepened the processes of exports of primary goods and deindustrialization in the Brazilian economy

*Key Words: Economic Integration, Brazilian Economic, China, Industrialization*

JEL Code: F15; F63, O11

(\*) Professora Associada do Departamento de Economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Campus Nova Iguaçu.

## **Introdução**

A inserção da China no mercado internacional começou em meados da década de 1980, através de um grande planejamento estatal a fim de atrair investimentos estrangeiros diretos em setores-chaves da economia, com foco na exportação e nas reformas estruturais na indústria de base. Essa indústria aos poucos seria reestruturada com ênfase em produtos de média e alta tecnologia, substituindo os produtos de baixo valor agregado. Neste processo de transição Deng Xiaoping, líder político da China entre 1978 e 1992, teve que lidar com um paradoxo: de um lado o regime comunista e de outro, a abertura comercial. Para isso foram criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). A partir de 1984, estas zonas puderam se estabelecer em pontos estratégicos, caracterizando um país diferente do resto da China. Instaladas em zonas portuárias, as ZEEs tinham suas próprias leis comerciais bem como legislação, e incentivos fiscais para a entrada de investimentos estrangeiros diretos. Tais investimentos foram fundamentais para alavancar o crescimento chinês, em um período de 30 anos.

A partir da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em fins de 2001, o país começou a oferecer grandes vantagens para atrair os demais países para o eixo oriental principalmente devido a sua ampla população o que a tornou um mercado em potencial ímpar, que vem atraindo cada vez mais países para serem seus parceiros comerciais. Além dos baixos custos da mão-de-obra e das complementaridades produtivas com o restante da Ásia, existe um outro fator constantemente citado para explicar o recente *boom* das exportações chinesas. Esse fator é não apenas econômico como a desvalorização da moeda chinesa como usualmente colocado, mas sobretudo o alto investimento em pesquisa com a finalidade de alavancar a produção de bens intensivos em tecnologia em setores-chaves como bélico.

A modernização militar foi uma prioridade das reformas chinesas empreendidas desde o final do século XX. O atual sistema de inovação chinês busca unir a pesquisa civil e militar, e vem se inspirando na experiência de sucesso norte-americana, porém com maior controle estatal. O sistema aumentou a quantidade de cientistas e engenheiros altamente qualificados no país, gerando transbordamentos tecnológicos para a área civil nas indústrias eletrônica, metalomecânica e aeroespacial, entre outras. A exemplo de outras grandes potências, a China vem buscando o sistema de defesa com um motor para acelerar o progresso técnico e a modernização militar. (TREBAT e MEDEIROS,2015).

Quando houve a crise de 2008, a China sem passar pelos graves problemas que os Estados Unidos e vários países europeus enfrentaram, aproveitou para avançar ainda mais em mercados como os latino-americanos entre eles o brasileiro. Nesse artigo procuramos demonstrar que há contradições inerentes na relação Brasil-China. O efeito chinês foi positivo, porém simultaneamente negativo

sendo, nesse sentido, um processo dialético. Esta é a premissa do trabalho. De um lado o Brasil aproveitou do *boom* de commodities nos anos 2000 o que garantiu um superávit na balança comercial e aumento das reservas internacionais. Mas por outro lado, observou-se uma mudança no padrão de comércio que se entendeu para os demais ramos da economia. Esse aparente “ganho comercial” aprofundou os processos da “reprimarização” entendido como um retorno a exportações canalizadas para bens primários e uma provável desindustrialização da economia brasileira. O aumento da fragilidade econômica pode ser expresso pela perda de participação de setores industriais em prol das commodities, que tem afetado a sustentabilidade de um desenvolvimento mais vigoroso e um fortalecimento da cadeia produtiva industrial.

Para tanto, o artigo está organizado da seguinte forma. Além da introdução, a segunda seção se propõe a fazer um breve resgate histórico das parcerias estratégicas entre o Brasil e a China. Embora já houvesse uma aproximação da China com o Brasil desde 1974 prioritariamente no campo diplomático, ela ocorreu mais intensamente no campo econômico-comercial a partir da década de 1990, devido à estabilidade monetária via Plano Real. Na terceira seção aborda-se o debate sobre reprimarização, desindustrialização e doença holandesa, já que isso é fundamental para a compreensão das relações comerciais entre o Brasil e a China na década de 2000. Na quarta seção são apresentados os dados empíricos do comércio externo brasileiro. Essa análise complementa o que foi discutido na terceira seção, pois verificaremos se de fato houve uma reprimarização da pauta exportadora e uma maior dependência tecnológica no período 2002 a 2018. Esse recorte temporal se deu a partir do período em que a China entrou oficialmente na Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro de 2001. Por fim, a conclusão e demais considerações.

## **2. Parcerias estratégicas entre o Brasil e a China**

Historicamente os primeiros contatos do governo brasileiro com o governo chinês ocorreram no final do século XIX, e tinham como objetivo trazer mão-de-obra chinesa para atender à demanda por força de trabalho, principalmente na atividade cafeeira. Contudo, a imigração dos trabalhadores chineses não ocorreu, principalmente pelo receio de como o Brasil se comportaria em relação a mão de obra imigrante. A China tinha receio de que essa mão-de-obra viesse a se diferenciar pouco da mão-de-obra escrava utilizada. Após vitória do Governo de Mao Ze Dong e a Fundação da República Popular da China, o Brasil rompeu relações com a China continental essa atitude do governo brasileiro ocorreu devido ao alinhamento do Brasil aos Estados Unidos no pós-guerra. (VILLELA, 2004).

Na diplomacia houve uma reaproximação da China com o Brasil a partir de 1974 no Governo Geisel lançando bases para um aprofundamento econômico comercial que veio ocorrendo aos poucos

e mais intensamente a partir da década de 1990. De acordo com Oliveira (2004) as relações sino-brasileiras mantiveram-se mais restritas ao campo político-diplomático. Somente na década de 1990, com a abertura econômica brasileira e com a maior inserção chinesa, processa-se uma maior aproximação comercial entre os dois países.

Em particular, a partir da segunda metade da década de 1990, as relações da China com a América Latina, e particularmente com o Brasil, alcançaram um visível progresso. Durante as duas gestões do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), as prioridades econômicas foram colocadas antes de todas as demais. Lembrando que o governo tinha em sua agenda primeiramente a estabilidade da moeda via a recém implementação do Real e após 1996 o enfrentamento das crises internacionais (Sudeste da Ásia em 1996, e Rússia em 1998). A última foi mais violenta pois provocou uma saída abrupta do capital externo.

Conforme Becard (2008) analisa na gestão de Lula principalmente nos dois primeiros anos, as prioridades político sociais alcançaram o mesmo nível de importância que as econômicas. Particularmente, as relações com a China foram tomadas como estratégicas no seu governo que viu no crescimento chinês uma oportunidade para o aumento do comércio. Segundo a autora a região latino-americana, em particular o Brasil, interessava a China por ser considerada como reservatório de recursos naturais, matérias-primas e alimentos, tidos como essenciais para sustentar o modelo de desenvolvimento chinês em processo de franca aceleração.

Cabe notar que o impacto da China sobre o Brasil no campo econômico, não se restringiu ao comércio internacional. De acordo com a dados do o Relatório de Investimento chineses no Brasil (2014-2015) do Conselho Empresarial China-Brasil, os investimentos diretos da China no Brasil, embora ainda estejam longe de ser um grande destino para os capitais chineses, ocupou o 16º lugar do total dos investimentos chineses em 2014. Entre 2007 e 2013, foi contabilizado um montante de US\$ 56,5 bilhões em investimentos anunciados no País, dos quais US\$ 28,3 bilhões foram confirmados. Além dos setores tradicionais como energia e mineração, siderurgia e agronegócio, recentemente tem-se observado, também, diversificação dos investimentos chineses no país para setores como telecomunicações, automotivo, máquinas pesadas, serviços bancários e infraestrutura, em especial o setor de energia. Em 2014 e 2015, o relatório de Investimento Chineses no Brasil aponta que o setor de energia liderou, com grande folga a distribuição do projeto. Parte da explicação para esse fenômeno está ligada ao fato de que investimentos no setor de energia são particularmente volumosos, por se tratarem de projetos de infraestrutura que demandam grande mobilização de recursos. Além disso, soma-se o fato de as empresas chinesas terem também adquirido, via leilão, a concessão para operar no Brasil, e até mesmo o controle de outras empresas do setor que já operavam no País.

O Quadro 1 mostra um quadro sintético dos principais acordos e parcerias estratégicas entre o Brasil e a China demonstrando que a parceria Brasil –China vai além do Plano econômico e político, abarca também a área de segurança, saúde e inovação tecnológica. Entre os programas mais importantes destaca-se o CBERS (*China-Brazil Earth Resource Satellites*). Através desse programa houve cinco lançamentos de satélites o primeiro sendo em 1999. Os satélites da série CBERS possuem em seu conjunto diversos sensores cujo potencial de aplicação se dá na de meio ambiente entre elas: identificação de áreas de florestas, de campos agrícolas, reservatório de águas, cartografia e geologia de solos.

Quadro 1.Principais acordos das relações bilaterais Brasil-China

<b>1974</b> – Estabelecimento de relações diplomáticas
1988 – Início do Programa CBERS ( <i>China-Brazil Earth Resource Satellites</i> )
<b>1993</b> – Estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China
<b>1995</b> – Brasil declara apoio à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC)
<b>1999</b> – Lançamento do satélite CBERS-1
<b>2003</b> – Lançamento do satélite CBERS-2
<b>2004</b> – Criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN)
<b>2007</b> – Lançamento do satélite CBERS-2B
<b>2010</b> – Plano de Ação Conjunto Brasil-China 2010
<b>2011</b> – Plano de Ação Conjunta Brasil-China em Saúde 2011-2014
<b>2012</b> –Plano Decenal de Cooperação 2012-2021
<b>2013</b> – Lançamento do satélite CBERS 3
<b>2014</b> – Lançamento do satélite CBERS 4

Fonte: Elaboração própria adaptado do site Disponível em: Portal Brasil, disponível em :<<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/07/brasil-e-china-assinam-32-acordos-de-cooperacao>>. Acesso 24.02.2021

Além da economia, Oliveira (2004) evidencia que Brasil e China partilharam posições convergentes para grandes temas da política internacional dos anos 2000. O autor observa que um ponto central da agenda internacional dos dois países referiu-se às suas pretensões em relação à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas, particularmente o Conselho de Segurança. A China utilizou de seu assento permanente no Conselho de Segurança para aproximar-se dos países em desenvolvimento e acenou com a possibilidade de apoiar o interesse brasileiro em ascender ao Conselho de Segurança. De outro lado, o Brasil, em seu posicionamento por regras mais justas no comércio internacional e defendendo o sistema multilateral de comércio apoiava a entrada da China na OMC e, agora, após seu acesso, considera que a China, com base no seu imenso mercado doméstico, poderá obter concessões que privilegiem os países em desenvolvimento.

No campo econômico-comercial a aproximação com a China aprofundou-se a partir de 2002 com a entrada chinesa na Organização Mundial do Comércio.

### **3. O que ocorreu com o Brasil: Reprimarização, Doença Holandesa e/ou Desindustrialização?**

Os países em desenvolvimento, entre eles o Brasil impulsionados pelo aumento da demanda por commodities desde o final do século XX e início do século XXI, atraídos pelos crescentes retornos acima da média passaram a criar um ciclo de dependência destes recursos. Segundo Gonçalves (2012), o ocorrido com o comércio exterior brasileiro pode ser considerado também um processo de reprimarização já que envolveu a maior participação relativa dos produtos agrícolas no valor total das exportações brasileiras. Esse processo que começou na primeira metade da década de 1990 gerou uma maior dependência com relação ao mercado mundial de produtos primários e introduziu, ainda um elemento adicional de volatilidade provocando uma maior vulnerabilidade externa. Essa reprimarização foi determinada, em boa medida, pelo *boom* de preços das commodities na primeira década dos anos 2000.

Além da reprimarização, Gonçalves (2012, p.9) ressalta que houve uma tendência de deterioração do padrão de comércio exterior que pode ser visto através da análise da estrutura das exportações de produtos industriais segundo a intensidade tecnológica. Seus dados apontam que participação dos produtos altamente intensivos em tecnologia reduziu-se 13,1% em 2002 para 8,8% em 2006 e 8,1% em 2010 enquanto a participação de produtos das indústrias de médio-baixa tecnologia aumentou de 21,7% em 2002 para 24,2% em 2006 e 25,1% em 2010.

Há questionamentos se de fato houve uma simples reprimarização ou se já havia uma estrutural dependência de *commodities*. O estudo de Alves, Cardoso e Cunha (2009), resgata o

sentido da dependência à luz da interpretação de três pensadores clássicos: Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Francisco de Oliveira. Para os autores o problema de fundo não reside simplesmente na pauta exportadora, uma vez que, mesmo havendo uma pequena tendência à melhora qualitativa do ponto de vista tecnológico, a dinâmica da economia brasileira, jamais deixou de depender, fundamentalmente, e nos anos recentes cada vez mais, dos saldos comerciais gerados pelas commodities primárias (agrícolas e minerais). O setor exportador responsável por garantir essa dinâmica jamais deixou de ser o produtor de commodities primárias, uma vez que os setores industriais que poderiam alavancar maiores superávits comerciais priorizam o mercado interno. Essa é a lógica que deve ser compreendida, e não somente se a pauta exportadora está um pouco mais ou um pouco menos composta por commodities primárias.

Outra discussão correlata ao tema, defende que o Brasil sofreu da doença holandesa nos anos 2000. Este termo adveio do trabalho dos economistas W. Max Corden e J. Peter Neary, de 1982, no qual eles analisaram os efeitos sobre a economia holandesa do aumento desmesurado do preço do gás natural. Durante os anos 1960, houve uma escalada dos preços do gás que aumentou substancialmente as receitas de exportação da Holanda e valorizou o florim (moeda da época). Na década de 1970, o excesso de exportações de gás derrubou as exportações dos demais produtos por falta de competitividade, dada a sobrevalorização da moeda nacional.

Em conformidade com Bresser-Pereira e Marconi (2008), a doença holandesa é um fenômeno decorrente da existência de recursos naturais abundantes que geram vantagens comparativas ao país que os possui e, segundo os mecanismos de mercado, podem levá-lo a se especializar na produção destes bens e não se industrializar ou terminar se desindustrializando, o que inibiria o processo de desenvolvimento econômico. A partir de 2003 o crescimento mais intenso da demanda e dos preços relativos das commodities (comparados aos dos manufaturados), conjugado à prática de um diferencial elevado entre a taxa de juros interna e externa, contribuiu para apreciar a taxa de câmbio e agravar os impactos da doença holandesa no país.

De fato, o Brasil teve um período de elevado crescimento entre 2003 a 2010 gerado pela explosão dos preços das commodities no mercado internacional e por um grande volume de capitais estrangeiros que entraram no país. Tais fatos propiciaram um aumento do consumo e redução do desemprego, porém que não se sustentou a partir de 2011 quando houve os primeiros sinais de redução do Produto Interno Bruto.

A tese da doença holandesa está também relacionada ao chamado fenômeno da desindustrialização nos países da América Latina no caso de a taxa de câmbio ficar apreciada por um tempo mais longo.

Autores alinhados as ideias da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) definem a desindustrialização como um processo de desmonte das plantas industriais, levado a efeito na América Latina quando esta foi induzida a abandonar o projeto de substituição de importações, para adequar-se às exigências do capitalismo globalizado (SILVA, 2014). Conforme essa visão, a indústria tem papel fundamental para o crescimento, sendo considerada o motor do crescimento econômico. Nesse sentido, o governo de um país deve ser comprometido em realizar políticas setoriais, pois o enfraquecimento da indústria seria prejudicial ao crescimento econômico de longo prazo.

### 3.1 O efeito do comércio da China sobre Brasil

A entrada da China no comércio mundial alterou significativamente o comportamento das economias não só no Brasil como no mundo. De acordo com Pereira (2014), a ascensão da China está associada a diversos fatores. O tamanho do mercado que permite elevados ganhos de economias de escala e a capacidade de concorrer tanto em produtos intensivos em mão de obra como em produtos de alta tecnologia. O país passou a exportar para novos mercados, aumentou a quantidade e a qualidade dos produtos e diversificou a sua pauta de exportações.

Segundo o estudo denominado “Dinamismo Exportador do Brasil e a Ameaça das Exportações Chinesas no Após Crise” do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial publicado em setembro de 2013, a China afetou o Brasil por dois efeitos. Primeiramente pelo chamado efeito complementaridade que beneficiou as exportações brasileiras ao impulsionar as vendas externas de commodities. Por outro lado, o efeito da China para o Brasil foi de concorrência já que afetou negativamente a indústria brasileira por dois canais: invasão de importações e crescimento das exportações para mercados tradicionais de fornecedores brasileiros de manufaturados, como o Mercosul.

A China reconfigurou o comércio internacional através de custos baixíssimos de produção ganhando competitividade. Os tigres asiáticos de primeira geração já teriam uma economia madura e por isso iniciaram um processo de desindustrialização positiva. Por outro lado, os países da América Latina incluindo o Brasil, apresentam uma desindustrialização negativa. Esta consiste em uma redução da importância do setor industrial no produto e no emprego, num contexto de desaceleração generalizada do crescimento econômico como resultado de processos de abertura realizados equivocadamente e de aplicação de políticas macroeconômicas adversas para o desenvolvimento produtivo adotadas no continente.

Medeiros e Cintra (2015) analisaram as exportações da América Latina para a China. Estas concentraram-se em algumas poucas commodities (principalmente da soja no Brasil e Argentina,



cobre e madeira no Chile, minério de ferro no Brasil e petróleo na Venezuela e Brasil). Em contraste, a elevação da capacidade de importar das economias latino-americanas voltou-se em boa parte para os produtos industriais chineses, tanto em bens finais quanto em bens de capital e produtos intermediários. No período 2002 a 2011, no caso de países menos industrializados da América Latina, houve perdas de mercado decorrentes do “efeito China” em setores tradicionais e intensivos em mão de obra, como têxtil e vestuário. Nos países mais industrializados, nos quais estão inseridos México, Brasil e Argentina, as perdas dos produtores domésticos ocorreram também na parcela de mercado de produtos de maior conteúdo tecnológico particularmente na eletrônica de consumo e bens de capital. Contudo, os autores destacam que o efeito China não foi o único responsável pela perda da participação industrial na América Latina. Houve uma ausência de políticas econômicas e industriais voltadas a diversificação produtiva. Estas, historicamente ausentes ou desmontadas ao longo dos anos 1990 não foram reconstruídas de forma abrangente na última década em que pese alguns esforços localizados em alguns países e iniciativas regionais.

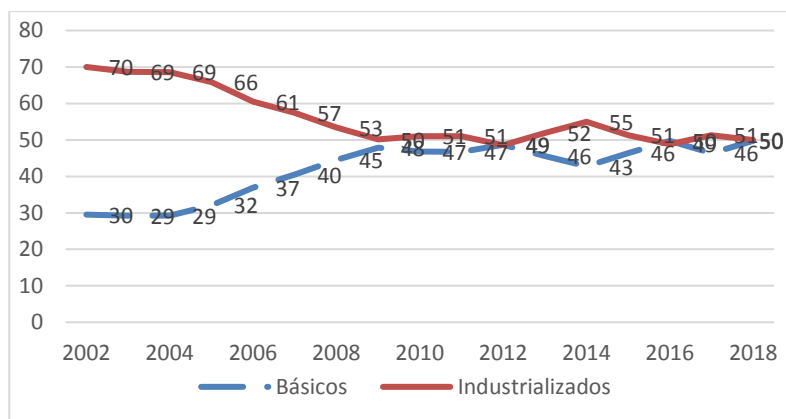
De alguma forma, o efeito China embora não seja a única causa, sem dúvida colaborou para sinalizar um aumento da vulnerabilidade externa brasileira. À luz de Thorstensen (2011) de um lado, houve a concentração das exportações brasileiras em commodities e a vulnerabilidade da pauta brasileira acelerou-se tornando-se mais dependente em relação às variações dos preços internacionais. De outro lado com o crescimento e a diversificação da pauta chinesa, houve uma maior penetração tanto na área de consumo, de intermediários e equipamentos no Brasil.

#### **4. Comércio exterior brasileiro 2002 a 2018**

##### **4.1 Balança Comercial Brasileira**

De acordo com o gráfico 1, confirmando as observações de Gonçalves (2012) sobre o processo de reprimarização, as exportações de bens industrializados sofreram queda significativa ao longo do período 2002-2018. Em 2002, os industrializados (manufaturados e semimanufaturados) representavam 70% da pauta exportadora, contra apenas 30% dos bens básicos. Houve uma leve interrupção dessa queda em 2013 e 2014, porém após esse período os produtos industrializados voltaram a decair representando apenas 50% da pauta comercial. Os três principais produtos exportados pelo Brasil no período foram soja triturada, óleo bruto de petróleo e minério de ferro.

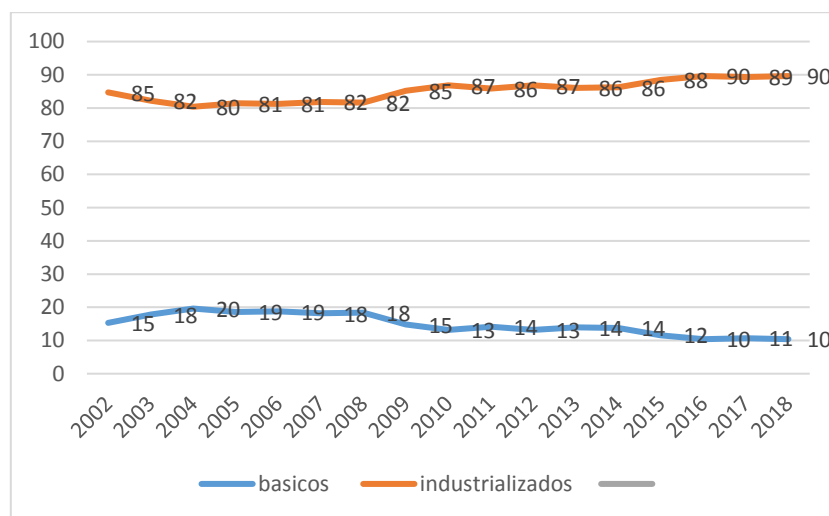
**Gráfico 1- Exportações Brasil de produtos Básicos e Industrializados (%)**



Fonte: Estatísticas do Comércio Exterior do Ministério da Economia. Elaboração Própria

Com relação aos importados ocorreu o inverso das exportações. O Brasil importou de 2002 a 2018 quase que exclusivamente produtos industrializados, equivalente a um uma média de 85% contra apenas 15% de básicos. (GRÁFICO 2). Os principais produtos importados industrializados no período foram automóveis de passageiros partes e peças de veículos, medicamentos e circuitos integrados e conjuntos eletrônicos.

**Gráfico2- Importação Brasil de produtos Básicos e Industrializados (%)**



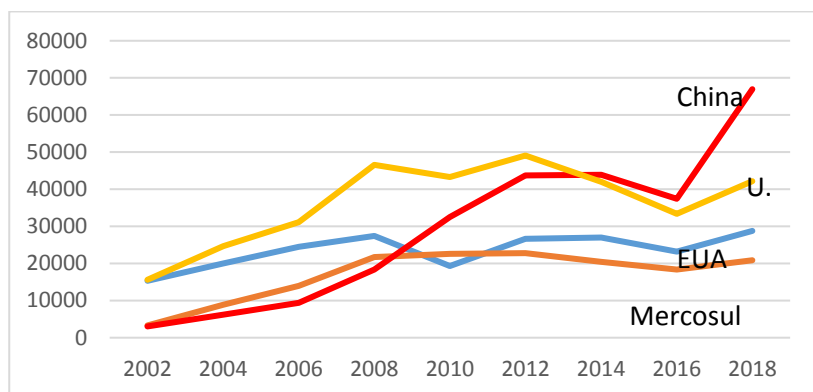
Fonte: Estatísticas do Comércio Exterior do Ministério da Economia. Elaboração Própria

Em relação aos destinos das exportações brasileiras, os quatro principais no período analisado foram União Europeia, China, EUA e Mercosul que em conjunto representaram cerca de 60% do total exportado.

Contudo, a China vem tendo uma participação crescente nas exportações brasileiras, enquanto o Mercosul, a União Europeia e os EUA declinaram sua participação no período. Tradicionalmente os EUA e União Europeia eram os principais destinos das exportações, mas após 2013 a China tornou-

se a primeira do *ranking*. A relevância desse dado diz respeito não apenas a questão comercial, mas sobretudo a crescente parceria estratégica que se estabeleceu entre os dois países, conforme apresentado na seção anterior. (GRÁFICO 3).

**Gráfico 3- Principais destinos das exportações brasileiras em U\$ milhões**



Fonte: Estatísticas do Comércio Exterior do Ministério da Economia. Elaboração Própria.

Nas tabelas 1 e 2 podemos verificar a estrutura do padrão de comércio através da análise do grau de tecnologia dos produtos exportados e importados pela indústria de transformação brasileira. Segundo Gonçalves (2012) essa análise é relevante para verificar o grau de déficit tecnológico do país. A indústria de alta tecnologia foi a pior classificada: em 2002 representava 11,5 % e em 2018 sua participação declinou para 9,3%. Por outro lado, a indústria de baixa tecnologia que representava 41,3% dos produtos exportados declinou para 23,8%. O somatório da baixa e média baixa tecnologia representaram 63,5% da pauta exportada de industrializados. Tais dados são relevantes uma vez que confirmam as evidências de que o Brasil no período analisado que somam dezessete anos exportou sobretudo produtos de baixo conteúdo tecnológico e menor valor agregado.

Tabela 1- Produtos da Indústria de Transformação por tipo de Tecnologia – Exportações (%)

	2002	2018	Média (2002/2018)
1.Baixa	41,3	39,5	40,4
2.Média Baixa	20,4	25,7	23,1
<b>(1+2)</b>	<b>61,7</b>	<b>65,2</b>	<b>63,5</b>
3.Média Alta	26,8	27,5	27,2
4.Alta	11,5	9,3	10,4
<b>(3+4)</b>	<b>38,3</b>	<b>36,8</b>	<b>37,6</b>

Fonte: Estatísticas do Comércio Exterior do Ministério da Economia. Elaboração Própria.

Na tabela 2 analisamos o grau de tecnologia dos produtos importados pela indústria de transformação. Nota-se que é oposto ao verificado sobre os produtos exportados. Em 2002 o país importava sobretudo produtos de média alta e alta tecnologia que representavam 73,8% da pauta e em 2018, 62,9%. Ou seja, mais da metade da pauta brasileira de importados da indústria de transformação é de alto conteúdo tecnológico, representando um gasto maior já que são produtos mais sofisticados e com alto custo.

Tabela 2- Produtos da Indústria de Transformação por tipo de Tecnologia – Importações (%)

	<b>2002</b>	<b>2018</b>	<b>Média (2002/ 2018)</b>
1-Baixa	9,3	10,3	9,8
2-Média Baixa	16,8	26,8	21,8
<b>(1+2)</b>	<b>26,1</b>	<b>37,1</b>	<b>31,6</b>
3-Média Alta	50,1	44,6	47,3
4-Alta	23,8	18,3	21,1
<b>(3+4)</b>	<b>73,8</b>	<b>62,9</b>	<b>68,4</b>

Fonte: Estatísticas do Comércio Exterior do Ministério da Economia. Elaboração Própria.

Na média do período 2002 a 2018 observamos que cerca de 63,5% dos produtos exportados pela indústria de transformação foi de média baixa e baixa tecnologia, e em contrapartida, 68,4% dos importados dessa indústria foi de média alta e alta tecnologia. Tais dados confirmam as evidências de que no período em análise houve uma tendência não apenas a deterioração do padrão de comércio brasileiro como também a um aprofundamento da dependência tecnológica.

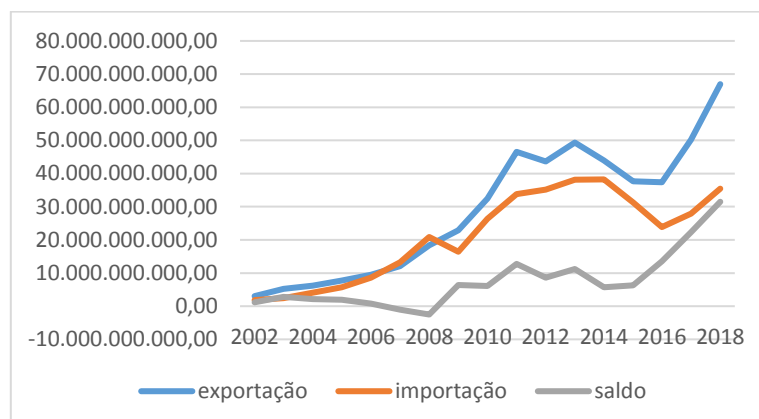
A seguir será destacado o comércio Brasil-China- Mercosul. Escolhemos o Mercosul para efeito comparação do comércio com a China pois representa a integração regional do Brasil na América do Sul.

#### **4.2 Comércio Brasil-China<sup>1</sup> , Brasil- Mercosul 2002 -2018**

No período 2002 a 2018 as exportações brasileiras para a China totalizaram um montante de US\$ 493 bilhões e as importações US\$ 363 bilhões, registrando um superávit de US\$ 130 bilhões. Essas são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, com destaque para soja, óleo bruto de petróleo e minério de ferro. Em contraste, a pauta de importações brasileiras originárias da China no mesmo período é composta, em sua quase totalidade, por produtos industrializados, principalmente plataforma de perfuração ou exploração, dragas além dos produtos eletrônicos. GRÁFICO 4).

<sup>1</sup> Com relação aos dados da China foram incluídos Hong Kong e Macau conforme disponibilizado na Estatísticas do Comercio exterior pois ambos s tem uma participação extremamente irrisória, cerca de 1%, na balança comercial brasileira.

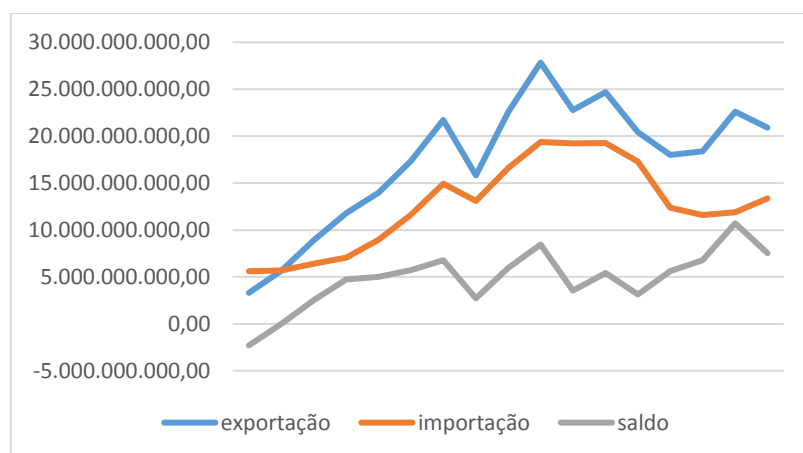
Gráfico 4- Balança Comercial Brasil – China (2002 a 2018) em dólar



Fonte: Estatísticas do Comércio Exterior . Ministério da Economia. Elaboração própria

Nesse mesmo período, o Brasil registrou um superávit com o Mercosul de US\$ 82,3 bilhões, portanto quase US\$ 50 bilhões menor que comparado a China. Em relação aos países do bloco do Mercosul, a Argentina desponta como a maior parceira comercial do Brasil (GRÁFICO 5).

Gráfico 5 – Balança Comercial Brasil- Mercosul- 2002 a 2018 em dólar



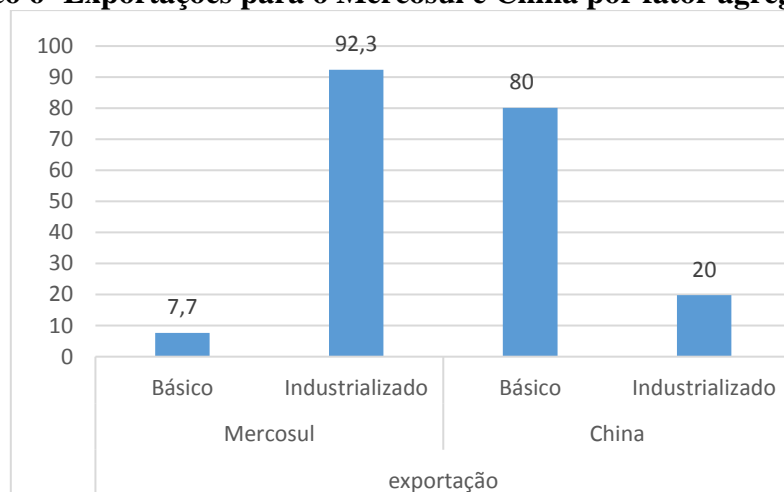
Fonte: Estatísticas do Comércio Exterior . Ministério da Economia. Elaboração própria

Ou seja, o superávit da balança comercial Brasil -China foi 58% maior do que o do Brasil - Mercosul. Sob o ponto de vista estritamente numérico valeria a pena investir então no comércio com a China uma vez que implicaria em maiores saldos comerciais e maiores reservas cambiais. Porém, sob o ponto de vista de valor agregado isto não é verdade. Vale lembrar que os produtos exportados pelo Brasil ao Mercosul são industrializados e, portanto, de maior valor agregado comparativamente

com os básicos. Entre os industrializados, os principais produtos são automóveis para passageiros e veículos de carga. Em relação aos produtos básicos, o Brasil importa principalmente trigo em grãos.

Nota-se a clara diferença da pauta de exportação do Brasil para o Mercosul comparativamente com a China. O gráfico 6 sintetiza essa diferença ao identificar que a exportação para o Mercosul é composta na média do período entre 2007 a 2017, por cerca de 92,3% de bens industrializados e 7,7% de básicos. Já para a China é exatamente o oposto. O Brasil exportou cerca de 80% de produtos básicos e apenas 20% de industrializados. Ou seja, para o Brasil é bem mais interessante sob o ponto de vista estratégico aprofundar as relações com o Mercosul já que a demanda por produtos industrializados é maior, e, portanto, produtos com maior valor agregado e fortalecimento das cadeias produtivas locais.

**Gráfico 6- Exportações para o Mercosul e China por fator agregado em (%) ,(2007-2017)**



Fonte: Estatísticas do Comércio Exterior do Ministério da Economia. Elaboração Própria

### Conclusão

A partir da entrada da China na OMC a China começa a demandar commodities dos principais países latino americanos o que levou os países do Mercosul a canalizar sua produção para exportação de básicos em detrimento dos industrializados. Em consequência o comércio intrabloco do Mercosul de produtos industrializados enfraqueceu-se consideravelmente, uma vez que os produtos chineses foram ofertados a preços extremamente competitivos.

Ainda que tenha ocorrido superávit comercial no período analisado, ao investigar com mais detalhes os dados percebe-se que a pauta comercial brasileira no período analisado foi ainda extremamente dependente de produtos primários. Os produtos exportados tiveram como característica o aumento crescente dos bens considerados básicos e não industriais revelando que houve uma reprimarização da pauta exportadora. Adicionalmente, o grau de tecnologia comercializado pela indústria de transformação ainda é em sua maioria de média e baixa tecnologia e por fim detectou-se uma crescente dependência chinesa. Como diz Gonçalves (2012), no debate

sobre comércio e desenvolvimento há um conjunto de problemas que são próprio das commodities entre os quais destacamos a baixa elasticidade-renda da demanda, elasticidade –preço da demanda desfavorável e pequena absorção dos benefícios do progresso técnico. Nesse sentido houve nesse período um aumento da vulnerabilidade externa.

Tendo em vista que o Brasil é grande produtor destes produtos, o país começou a fornecê-los nos anos 2000 para a grande demanda chinesa e beneficiou-se desse mercado através de saldos comerciais cada vez mais superavitários.. Nesse sentido, como parceira complementar ao Brasil, a China contribuiu para expansão das reservas internacionais brasileira, variável estratégica para o aumento de confiança dos investidores Brasil no cenário internacional. Essa relação ficou ainda mais fortalecida após a crise financeira de 2008, quando pela primeira vez o comércio com a China ultrapassou o dos Estados Unidos. Contudo, como país rival, a China corroborou para que ocorresse intensa penetração de seus produtos industrializados. As excessivas importações desses produtos provenientes da China aliado ao câmbio que ficou valorizado no Brasil não estimulou a produção industrial doméstica.

Portanto, diante de ambos os efeitos, foi confirmada a hipótese inicial do artigo que de fato, as relações comerciais sino-brasileiras tiveram um efeito contraditório sobre o Brasil.

Há, contudo, que se ressaltar a grande maioria dos países latino-americanos antes mesmo da ascensão da China, sofreu com a abertura comercial abrupta ocorrida nos anos 1990. Houve um esgotamento do Modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) que foi vigente nesses países entre 1950 até fins dos anos 1970. Nos anos 1980, os países da América Latina enfrentaram uma crise da dívida externa, espiral inflacionária e baixo crescimento. Após esse período, tais países seguiram receituário do chamado Consenso de Washington cuja principal recomendação era abertura comercial irrestrita. Como resultado, muitas indústrias nacionais que não estavam preparadas para essa mudança entraram em colapso.

Portanto, não se pode responsabilizar unicamente efeito China pela perda da competitividade internacional da indústria nacional. Não houve uma preocupação com políticas econômicas com objetivo de consolidar uma base industrial sólida. A cadeia produtiva industrial é vital para o desenvolvimento de um país, a fim de que consiga produzir produtos mais sofisticados, de elevado conteúdo tecnológico e com maior valor agregado. Diante da ascensão chinesa urge implementar as políticas econômicas não apenas visando o curto prazo. Tais políticas são fundamentais para que haja uma inserção internacional do Brasil mais fortalecida, com uma base industrial robusta capaz de competir nos mercados externos, e, portanto, menos vulnerável aos revezes do cenário externo.

## Referências

BECARD, D. S. R. (2008), **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974- 2004)** . Brasília: Fundação André de Gusmão (FUNAG),2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N.Existe doença holandesa no Brasil? (In) BRESSER PEREIRA, L.C . (Org.). **Doença holandesa e indústria. Rio de Janeiro:** Editora FGV, p. 207-230,2010.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Investimentos Chineses no Brasil (2014-2015). Disponível em:< <http://cebc.org.br/2017/07/12/investimentos-chineses-no-brasil-2014-2015/>> Acesso em 7 fev.2021.

CORDEN, W. Max e NEARY, J. Peter .Booming sector and de-industrialization in a small open economy. *Economic Journal*, Volume. 92, Nro.368. p. 825–848,1982.

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. São Paulo, nº 31, p. 5-30, fevereiro 2012.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI) O Dinamismo Exportador do Brasil e a Ameaça das Exportações Chinesas no Após Crise. Disponível em:< [https://iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_590.html](https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_590.html)>. Acesso 7 fev. 2021.

MEDEIROS, C. A; CINTRA, M. R. P. Impacto da Ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, Volume. 35, Nro 1, p.28-42,2015.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Estatísticas do Comércio Exterior. Disponível em: <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas>>. Acesso em :7 de fev. 2021.

NASCIMENTO, C. A.; CARDOZO, S. A.; CUNHA, S. F. Reprimarização ou dependência estrutural de commodities? O debate em seu devido lugar. **Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política**. São Paulo,2009

OLIVEIRA, H. A de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Volume 47, Nro. 1, p.7-30,2004.

PEREIRA, L. V. O efeito China nas exportações brasileiras em terceiros mercados: uma análise do *constant market share*. **Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, p1-59,2014.

PORTAL BRASIL, Disponível em :<<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/07/brasil-e-china-assinam-32-acordos-de-cooperacao>>. Acesso 24.02.2021



SILVA, J. A. Desindustrialização e doença holandesa: o caso brasileiro. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, Volume 41, Nro.3, p.67-82,2017.

TREBAT, N. M, MEDEIROS, C. A., Modernização Militar no Progresso Técnico e na Inovação Industrial Chinesa. (In) CINTRA, M. A. M; FILHO, E. B. S; PINTO E. C. (Org), **China em transformação dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, p.521-550,2015.

THORSTENSEN, V.. De Conflitos de Interesses à Busca de Uma Agenda Comum. **Texto para discussão, Series FGV, Nro. 303**,p.1-64,2011.

VILLELA, E. V. M. **As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**,2004. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>> . Acesso 07 fev. 2021.